



Aos quatorze dias do mês de agosto de 2024, das 9:00h às 10:30h aconteceu a 120ª reunião ordinária do CMDDPCD, realizada presencialmente no quinto andar do Centro de Integração Municipal, localizado na Avenida Benedito Isaac Pires, 35. Participaram da reunião os seguintes Conselheiros: Bianca Rossini de Oliveira, Jaqueline Eugênio, Lucas Adriano G. Silvério, Michele Cristina da C. de Jesus, Amanda Ferreira dos Santos, Luciana P. D. Raposo de Faria, Léia Pereira N. Souza, Pricila Santos Marcelino, Gustavo Soares Silva, Gilberto Marcelino, Andressa Santos, Laís Aparecida Santana Santos. Ausências justificadas e não justificadas: Rosa Maria Machado, Márcia Joelma, Marilice Hideo, Aline dos Santos O. Valentim, Benilton Silva, Monaliza Santos, Silvia Alessandra Plinta de Camargo, Carolina Tagliari, Gabriela Rosendo, Luciane Souza Bonfim, Vanessa Matos, Yasmin Santos Amaral. Como convidados estavam presentes: Edinaldo (Secretaria de Transportes e Mobilidade), Camila Indalécio, Neusa Santos Oliveira (guia intérprete), Darlene Pires (Secretaria de Desenvolvimento Social). A reunião foi iniciada pela presidente do conselho, Luciana P. D. Raposo de Faria apresentando os seguintes itens da pauta: **Sobre o item 1- Aprovação da Ata:** foram disponibilizadas aos conselheiros as atas dos meses de junho, julho e da reunião extraordinária, com aprovação de todas. **Sobre o 2 - Participação da Darlene Pires na Conferência da Pessoa com Deficiência:** ela iniciou a fala informando que foi eleita delegada municipal, estadual (participando da conferência junto a Camila Indalécio e a Márcia Buava), e posteriormente a eleição para a conferência nacional. Portanto, esteve presente entre os dias 14 e 17 de julho de 2024 em Brasília e ficou impressionada como a mobilização ao assunto foi fundamental para as pessoas que estavam presentes, reunindo representantes do país, assim como pessoas engajadas em prol dos direitos da pessoa com deficiência após uma lacuna de quase oito anos. A programação foi bem extensa, e as discussões em torno dos eixos sinalizavam o que aquele momento representava para elas. A diversidade se fez presente e as pessoas relataram como foi esse trajeto, vindo de lugares muito distantes até chegar a conferência, trazendo diversas realidades e conseqüentemente diversas discussões, como a logística, lugares onde ainda a internet não é viável, mas também destacavam as potencialidades do assunto. Em muitas questões dos setores ainda reforçaram a importância em relatar que se não houvesse tal item, seria caracterizado como improbidade administrativa; isso porque muitos direitos ainda não são atendidos na prática. Lembrando que os ganhos em relação às pessoas com deficiência são ganhos para toda a população. O ministro dos direitos humanos também relatou e reforçou que os conselheiros têm grande responsabilidade de cobrar, ir aos locais, monitorar, fiscalizar. Porém no dia a dia nem sempre temos essa facilidade legal em estar nos locais que precisam. Sendo assim, a Darlene sentiu falta e pensou na construção de um formulário que pudesse ser a entrada para outras instâncias e gostaria de pedir a opinião dos conselheiros. O presidente da república também participou, com uma fala pelos direitos da pessoa com deficiência e por fim assinou o termo da avaliação biopsicossocial, onde um grupo de trabalho por volta de 40 membros estudou por um ano e entendeu que essa avaliação é positiva para o Brasil, disponibilizando o recurso para isso. A conselheira Bianca lembrou que tem ouvido falar nesta avaliação, porém apenas no contexto organizacional e perguntou se houve o contexto desta ação na fala do presidente. Darlene então explicou que não houve essa distinção, porém será disponibilizada uma cartilha com todas as informações. Outro avanço é que todos os equipamentos públicos tenham acessibilidade; já é lei, porém positivo ver que a assinatura aconteceu neste evento tão importante. A assinatura é importante também porque deve trazer investimentos. Houve também no evento, apresentações culturais e ela trouxe alguns materiais impressos de divulgação e mostrou um conteúdo voltado para a psicologia que pode ser acessado por todos no site do ministério dos direitos humanos e da cidadania. Uma outra fala importante foi a de um deputado que integra a comissão da pessoa com deficiência e ressaltou na abertura e encerramento do evento a importância do fundo nacional porque não é apenas falar de propostas se não houver recursos e tendo esse recurso, já vai



destinado a política da pessoa com deficiência. Darlene trouxe a importância em acompanharmos os desdobramentos dessa discussão além do trabalho dessa comissão nacional. Lembrou que a nossa Câmara Municipal ainda não tem um grupo de trabalho ou comissão voltada a questão da pessoa com deficiência e que é algo para propor uma reunião e o conselho participar, estar próximo de tudo isso, e como o poder público por vezes implanta políticas públicas sem consultar os conselhos de direito, é importante que haja a participação para uma efetiva ação. Darlene então fechou oferecendo ao conselho os documentos que recebeu nas conferências, assim como relatórios, além de agradecer ao suporte do município e o voto que recebeu dos conselheiros. Relatou que a frase utilizada no fechamento do evento foi: A política pública voltada para a pessoa com deficiência não seja apenas um discurso político e oportunista; que ela seja realmente feita com ações concretas e efetivas para todos. A conselheira Bianca então perguntou se essas ações terão continuidade, outras reuniões. Darlene respondeu que está no grupo da conferência e que recebe todas as informações e que fará parte das ações. Apresentou então o material que recebeu na conferência, nomeando alguns e que estarão disponíveis na Secretaria de Direitos Humanos, Cidadania e Mulher. A presidente Luciana então pediu para disponibilizar o material para deixar acessível na Secretaria da Saúde. A vice presidente Jaqueline então agradeceu a Darlene em nome do conselho, da casa de apoio e das outras organizações do Município, pois estão trazendo um norte para o desenvolvimento das políticas públicas em todas as esferas e que as conferências são momentos importantes a nível municipal, estadual e federal e que possamos pensar sobre o assunto e avançar. O secretário Gilberto reiterou a importância da conferência e a representação do município. Também concordou com a fala do ministro Silvio Almeida sobre o papel e a importância dos conselhos e que não é fácil a nossa atuação, sobre as dificuldades, mas também a importância da atuação dessas comissões, que é garantir a participação da sociedade civil dentro das decisões da administração pública, mesmo diante das dificuldades em fiscalizar e apresentar propostas, como em relação a comissão da acessibilidade. O conselho não tem poder de impor a implantação, mas ele pode sugerir e cobrar, também na câmara para mudar leis. E muitas vezes o poder público espera essa ação, porque se não há demanda, as atuações não são feitas. Aproveitou a fala para relatar que foi expedido o decreto com os nomes dos conselheiros, mesa diretora (relatou os nomes), e a partir da nomeação deu entrada no processo de criação da conta bancária do fundo municipal da pessoa com deficiência. Quem abre a conta (segunda a lei e o regimento) é o secretário dos direitos humanos junto com a primeira coordenadora financeira. Na semana passada enviaram toda a documentação e estão aguardando a abertura da conta. Isso representa um avanço nas questões burocráticas. Darlene então pediu a fala e lembrou que foi criado o Sistema Nacional de Cadastro Único da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista para haver dados, cruzar esses dados, e usar para o rastreamento das pessoas, além de outras ações. A presidente Luciana agradeceu as falas da Darlene e pede para quando houver alguma novidade em relação ao trabalho como delegado, que replique ao conselho para que o mesmo possa também tomar ciência.

Sobre o item 3 - Fluxo do atendimento em relação a violência contra mulher: o secretário Gilberto relatou que no mês de julho houve a reunião sobre a questão do atendimento à mulher vítima de violência relacionado à questão do abrigo e a casa de passagem; e nesta reunião não ficou claro o papel de cada ente em relação a esse atendimento. Então houve um movimento de secretarias para discutir esse fluxo, como a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Segurança, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Saúde e Secretaria de Governo. Foram três reuniões e com isso conseguiram elaborar uma minuta deste fluxograma. No próximo dia 21, às 10:00h no Auditório do Paço Municipal será realizada uma reunião ampliada com todos os envolvidos na rede de atuação com esse público. Esse mês acontece o agosto lilás pelo combate a violência contra a mulher e no último dia 07 de agosto a Lei Maria da Penha completou 18 anos. Em virtude de tudo isso, a promotora de Cotia também foi chamada, Dra. Camila para que ela faça uma palestra sobre a lei Maria da Penha, o que ainda não foi confirmado. Será feita uma reunião ainda hoje com a mesma, para que ela conheça o fluxograma. A convidada Camila, questionou o secretário sobre a questão da violência contra as mulheres com deficiência, em relação ao atendimento. O secretário relatou que o fluxograma abrange o atendimento a todas as mulheres e que não houve uma discussão específica em relação



às mulheres com deficiência, mas trouxe a importância em ter um conselheiro presente no dia 21. O fluxograma serve para alinhar e estabelecer critérios acerca do caminho do atendimento, como o atendimento médico, o registro do boletim de ocorrência, etc. Há pouco tempo saiu a decisão do Supremo Tribunal Federal que estabelece que qualquer pessoa pode fazer o boletim de ocorrência, mas a vítima tem essa liberdade em fazer ou não o boletim. Foi também explicado sobre a casa de passagem; caso o registro dessa violência seja feito em horário comercial, a mulher será encaminhada para a Secretaria de Direitos Humanos, Cidadania e Mulher para o encaminhamento consequente. Houve a divisão de atendimento em duas categorias: a primeira para a violência física e sexual e a segunda, para a violência patrimonial, moral e psicológica. No primeiro caso, o primeiro caminho é o atendimento na saúde, além de todos os encaminhamentos. Relembrou também que o atendimento é feito às mulheres acima de 18 anos, porque no caso de menores de idade, o atendimento é realizado pelo Conselho Tutelar. A conselheira Michele indagou sobre o atendimento na questão da violência psicológica e o secretário respondeu que é algo ainda que precisa ser resolvido, mas no caso do atendimento pela questão da violência psicológica, moral e patrimonial, pois não sendo “emergencial”, o mesmo é feito na Secretaria de Direitos Humanos (em horário comercial). Lembrou que atualmente a secretaria dispõe de uma assistente social, mas não há psicólogos. Relembrou que hoje a mulher pode procurar várias instâncias, como CRAS e o CREAS, além dos já citados. A vice presidente Jaqueline deu a sugestão de pensar em um centro de referência ao atendimento da mulher que tenha atendimento psicossocial, acolhimento. Ressaltou que sabe que isso leva um tempo para ser instaurado, mas lembrou da referência deste atendimento no município de São Paulo, pois havendo um serviço, motiva que as pessoas procurem espontaneamente o atendimento. A convidada Camila falou da importância do evento e que infelizmente não poderá participar, mas falou que esse fluxo é a voz destas mulheres. Exemplificou o caso de uma mulher que tem múltiplas deficiências e que não consegue acessar os serviços, então é importante não aguardar acontecer, mas tentar atender, então precisa de um intermediário, que pode ser o agressor. Se ela não pode se comunicar, como vai relatar a polícia, guarda municipal ou qualquer outra instância. Novamente reiterou a importância do programa e pediu que olhassem sobre um membro da equipe que possa ser o interlocutor das mulheres nestas situações. A vice presidente Jaqueline ressaltou que quando se pensa nas mulheres com deficiência na situação de violência é aberto outro leque muito maior porque evita que aconteça atendimentos errôneos por causa da barreira da comunicação e é um trabalho árduo, mas necessário, para que contemple o maior número possível de pessoas. A convidada Darlene perguntou se pessoas em aparência de surto, estando em situação de rua, podem entrar no fluxograma. O secretário respondeu que é um objeto da secretaria que possa ser criada a casa da mulher brasileira para atender casos como esse ou como outros. Prosseguindo, ressaltou a importância da fala da convidada Camila e sobre a dificuldade em que as pessoas têm em notificar os casos por causa de ameaças, por ser uma fatia muito grande cometida por familiares e que maioria dos casos ocorrem em mulheres entre 0 e 14 anos. Sobre a fala da Darlene, estão preocupados, nas discussões, em abranger o todo em relação a violência contra a mulher. Os maiores agentes para isso, no cuidado, são a Secretaria de Saúde, Desenvolvimento Social e dos Direitos Humanos, pois há violação dos direitos. A maior discussão é elencar de quem é a responsabilidade em cada caso, como na questão dos refugiados, por exemplo. Então o objetivo é que com a criação do fluxograma, as ações possam ser ampliadas cada vez mais. A presidente Luciana falou que no evento além do secretário Gilberto, que é um conselheiro, ela também tentará participar e está aberto o convite para os demais conselheiros.

Sobre o item 4 - Planejamento e ações para a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e múltipla: a presidente Luciana relatou que houve a ideia como ação para a semana, no dia 23/08, sexta feira, no Clube Cotiano, das 09:00 às 11:00h, uma roda de conversa com a presença confirmada do Fernando Aranha (triataleta e morador do Cotolengo); em seguida agradeceu a conselheira Laís por ter sido a mediadora para essa presença. Outra presença confirmada é a do Gabriel, que já foi conselheiro e da Sonia, ex presidente do conselho na gestão anterior. Pediu o apoio de todos os conselheiros para divulgação, presença, pois quando há este tipo de ação e não há público, se torna frustrante. A divulgação será feita pelo instagram, whatsapp e outros meios possíveis e pediu a ajuda dos



conselheiros representantes da Secretaria de Comunicação. Para a programação está aguardando alguns ajustes. A conselheira Pricila pediu, se possível, mudar a data, mas a Luciana lamentou não ser possível. A conselheira Michele também informou que o Gabriel e a Sonia farão no dia 22 também uma palestra na EM Samuel da Silva Filho, nos dois períodos de aulas. O primeiro será às 10:00h e o segundo às 13:20h., ressaltando a importância dos conselheiros também neste evento. Lembrou que precisa da confirmação no evento para passar à gestão escolar. Em seguida, a presidente Luciana perguntou às conselheiras Laís e Amanda sobre possíveis ações do Cotolengo e da Abrahipe, e elas relataram que a princípio não haveria nenhuma. A conselheira Yasmin, não estando presente, não divulgou ações também da Apae. **Sobre o item 5 - Informes gerais:** Em relação às visitas às instituições, a presidente Luciana se empenhou em continuar o processo, iniciado no mês de julho. A conselheira Michele informou que está aguardando as respostas dos ofícios enviados para as instituições. Informou também que o conselheiro Benilton se manifestou relatando que não estaria presente nesta reunião porque foi dito a ele que não teria carro disponível para trazê-lo. Disse ainda que é a terceira vez que isso ocorre, mas a presidente Luciana não havia sido informada até o momento. Dirigiu-se ao Secretário dos Direitos Humanos Gilberto e lembrou que no início do ano foi feito um calendário com todas as datas das reuniões para garantir a acessibilidade dele e que isto estaria certo. O Benilton informou que estas demarcações foram informadas nas vésperas das reuniões. Dando continuidade, o conselheiro Lucas falou sobre o Plano Municipal de Educação - informou que está como Secretário de Comunicação e que no momento as conselheiras Pricila e Michele estão participando das reuniões, e que a Pricila já era suplente. A conselheira Rosa também está participando para que haja uma conversa efetiva sobre o andamento e ajustes do Plano. As reuniões são realizadas duas vezes ao mês e relatou que está sentindo dificuldade em fazer uma reunião com o Leandro, do Departamento de Educação Especial sobre o assunto, em relação a alguns pontos que foram trazidos pelas representantes, algumas abordagens. O Leandro preferiu não fazer reunião e pediu para montar um texto com essas análises e o capítulo 6, que aborda a educação especial, está se aproximando. A conselheira Michele acredita que o assunto ficará para setembro. O Lucas se comprometeu a fazer o possível para estar nas reuniões, pois percebem que podem haver alguns conflitos de interesse, conhecimentos, etc. Lucas, em conversa com a Michele e a Pricila chegaram em um consenso de que vão separar os pontos que querem que sejam alterados, colocarão no texto e vão tentar discutir e dialogar de alguma forma, porque há a necessidade deste diálogo. O conselheiro Lucas então respondeu a uma pergunta sobre a participação de outras pessoas, informando que se trata de um grupo fechado, com integrantes escolhidos. O presidente da comissão, Gaspar, foi informado sobre a participação da Michele e da Rosa, porém é difícil haver abertura para novos integrantes. Outra pergunta surgida foi sobre o acesso ao documento; Lucas então respondeu que o documento depois de pronto, irá para consulta pública. O secretário Gilberto então explicou que essas reuniões tratam da revisão do Plano Municipal de Educação, que é feito a cada dez anos. A conselheira Michele reforçou que essa revisão é muito importante porque são adequações válidas para os próximos dez anos e a parte da educação especial está muito reduzida e que os direitos não estão sendo colocados no documento. A comissão do conselho realizou reuniões, elaborou documentos e percebeu que o que está sendo considerado é que a Secretaria de Educação se exime de qualquer responsabilidade. Reitera que não houve a possibilidade de realizar reunião com o responsável na educação, mas tem que ser discutido, porque ainda as famílias batalham por direitos básicos que não estão sendo levados em conta. No Plano Municipal não consta a lei Benice Piana, que é lei que garante os direitos dos autistas, mas na Deliberação, que é algo mais abrangente, consta. A convidada Camila justificou suas perguntas anteriores, pois percebe que algumas vezes há discussões de uma parte das pessoas com deficiência, de alguns diagnósticos, mas esquecem de citar outros, esquecendo toda a população que tenham outras deficiências e esquecem de falar sobre acessibilidade, pessoas com cegueira, surdocegos. Então é importante se atentar, pois a legislação está mudando constantemente. A conselheira Michele reforçou que essa é preocupação porque o Plano está bem reduzido, foi colocado apenas referente a instituições que fazem atendimento e o que consta é que aos alunos que não se encaixam ou não atendem aos requisitos da educação podem procurar essas instituições, porém não são instituições abertas, não é possível



por exemplo procurar o Colégio Rio Branco para estudar lá, assim como na Apae. Hoje estão considerando apenas a Deliberação, que é o que norteia o Departamento de Educação Especial, porém muitas coisas que constam na Deliberação não constam no Plano. O capítulo da Educação Especial é o menor do Plano, mas é o que necessita de mais atenção. O secretário Gilberto perguntou se os representantes foram eleitos e a conselheira Michele confirmou, pois o Lucas e a Pricila foram eleitos pelo CMDDPCD. O secretário então explicou que também foi escolhido para participar do grupo de trabalho para constituição e elaboração do Plano Municipal da Primeira Infância, que vai de 0 a 5 anos. Também gostaria de enfatizar que esses grupos de trabalhos são constituídos através de decreto do prefeito e estipula quais entidades participam, e através de portaria nomeia as pessoas. Também reforçou que esses assuntos devem ser tratados com o presidente da comissão. Lucas então relatou que desde o começo o Leandro não participava e que foi solicitação da então secretária Olímpia para que o Gaspar pedisse a participação do Leandro já que o assunto está ligado ao Departamento de Educação Especial, para a construção do documento e não só os conselheiros. Ele então começou a ir nas reuniões, mas estão percebendo que ele faz a parte dele, mas não tem abertura para discussão. A presidente Luciana então levantou a possibilidade da conselheira Bianca participar que é da equipe do Departamento, porém o Lucas ressaltou que só participa quem é eleito e não interfere na dinâmica da Educação. A convidada Darlene pediu licença e gostaria de ressaltar que a Camila sugeriu uma moção para que haja no CONADE um representante da surdocegueira, pois ainda não está representada. Fizeram então uma coleta de assinaturas e a moção foi aprovada. A convidada Camila então relatou que participa das comissões municipal e estadual de educação está sendo discutido as escolas cívico militar até no município de São Paulo e a preocupação é de como será o atendimento às pessoas com deficiência dentro dessas escolas, pois algumas estão se candidatando para aderir. Então no estudo do plano municipal é importante considerar como será o atendimento das pessoas com deficiência caso tenham escolas em Cotia aderindo a esse formato. O Lucas então informou que o prefeito assinou um decreto aceitando o pedido de uma escola estadual, também da discussão sobre a EJA. A conselheira Michele relatou que isso faz parte da atenção e que irão levar para discussão, pedindo que a Camila possa passar informações mais atuais do Estado para discutirem na próxima reunião. A conselheira Pricila então pediu a palavra para indagar sobre propaganda política nos grupos de whatsapp. Lucas então falou que não é permitido. Após algumas discussões e propostas dos conselheiros ficou acordado que as postagens serão enviadas ao administrador primeiro e serão informadas através de post sobre a proibição dessas propagandas. O conselheiro Lucas também relatou que o candidato Alexandre Frota marcou no instagram o conselho em caráter político. Foi levantada a questão em elaborar um post e deixar claro que nós somos imparciais e que não devemos usar o nome do conselho para isso. A convidada Camila também ressaltou que é um momento difícil, pois muitos candidatos usam a bandeira da pessoa com deficiência para obter votos e devemos estar atentos e posicionar a opinião do conselho. Lucas também informou que retirou fotos de pessoas candidatas vinculadas ao Conselho. Também vão retirar o acesso das pessoas marcarem o conselho nas redes sociais. A conselheira Jaqueline então agradeceu ao empenho da conselheira Andressa pela divulgação dos posts, dos dias comemorativos das pessoas com deficiência, pois percebe que há empenho e carinho nos materiais trazidos.. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pela presidente do conselho.

Luciana P. D. Raposo Faria

Presidente do CMDDPCD

Jaqueline Eugênio

Vice Presidente do CMDDPCD